

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

Informação nº: 126/2020 – SECONT/2ªDICONT

Brasília (DF), 08 de junho de 2020.

Processo nº: 00600-00000302/2020-61-e.

Jurisdicionada: Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal – SECID/DF (atual Secretaria Executiva das Cidades).

Assunto: Tomada de Contas Anual – TCA.

Montante fiscalizado: R\$ 6.641.037,60 (montante fiscalizado¹).

Ementa: Tomada de Contas Anual – TCA. Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal – SECID/DF, atual Secretaria Executiva das Cidades. Exercício financeiro de 2017. Exame inicial. Proposta de julgamento pela regularidade e regularidade com ressalvas das contas.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da tomada de contas anual dos responsáveis da Secretaria de Estado das Cidades – SECID/DF, atual Secretaria Executiva das Cidades, referente ao exercício financeiro de 2017.

1. ROL DE RESPONSÁVEIS

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Marcos de Alencar Dantas CPF nº 115.512.671-87	Secretário de Estado	01.01 a 31.12.17
Maria Valéria Lemos Vasconcelos CPF nº 469.161.806-68	Secretária de Estado Substituta	11.09 a 10.10.17
Marcello Nobrega de Miranda Lopes CPF nº 801.309.921-00	Subsecretário de Administração Geral	01.01 a 14.05.17
Claudio Roberto de Paula Prata CPF nº 441.692.137-34	Subsecretário de Administração Geral	16.05 a 15.08.17
Alfredo Murillo Gameiro de Souza CPF nº 371.531.961-53	Subsecretário de Administração Geral	16.08 a 31.12.17
Izaías da Silva Rocha CPF nº 295.989.661-00	Subsecretário de Administração Geral Substituto	02.10 a 20.10.17

Fonte: e-DOC D86480A2, Peça nº 5.

¹ Valor total do Dispêndio registrado no Balanço Financeiro, (e-DOC 0142C3AF, Peça nº 2), nos termos do art. 4º, III, da Portaria TCDF nº 451/2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

2. EXAME FORMAL

2.1. DOCUMENTAÇÃO DA TCA

- ☒ Atendeu plenamente às exigências da legislação pertinente.
- ☐ Não atendeu às exigências da legislação pertinente.
- ☐ Atendeu parcialmente às exigências da legislação pertinente.

3. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

3.1. RELATÓRIO DO ORGANIZADOR DAS CONTAS (e-DOC 04A59970-e, Peça nº 15)

- ☐ Não foi apresentado.
- ☒ Não apontou a existência de impropriedades.
- ☐ Indicou impropriedades pendentes de regularização.

3.2. RELATÓRIO DO GESTÃO CONTÁBIL (e-DOC 01F5DE6E, Peça nº 16).

- ☐ Não foi apresentado.
- ☐ Não apontou a existência de impropriedades.
- ☒ Indicou impropriedades pendentes de regularização.

3.2.1. A Subsecretaria de Contabilidade indicou, por meio do **Relatório Contábil Anual – Exercício de 2017** (e-DOC 01F5DE6E, Peça nº 16), diversas inconsistências no Balancete da Contábil da SECID/DF, que demandam a regularização de saldos em várias contas correntes relativas a exercícios anteriores e que permaneceram, no exercício de 2018, sem regularização ou com regularização parcial.

3.2.2. Considerando o monitoramento e o controle efetuado pelo Órgão Central de Contabilidade junto à Unidade Gestora no sentido de orientar, regularizar e justificar as referidas pendências contábeis, tal ocorrência não demanda providência desta Corte e pode constituir ressalva às contas.

3.2.3. Cabe ressaltar que as inconsistências apontadas se encontram elencadas nas ressalvas indicadas no Relatório de Contas nº 04/2019-DIESP/COICA/SUBCI/CGDF (e-DOC B6E81F6A, Peça nº 17).

3.3. COORDENAÇÃO DE MATERIAIS/PATRIMÔNIO

- ☐ Não foi apresentado.
- ☐ Não apontou a existência de impropriedades.
- ☒ Indicou impropriedades pendentes de regularização.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

3.3.1. Conforme consta do Relatório da Comissão de Inventário de Bens Móveis e Imóveis, Exercício 2017 (pp. 7/65 do e-DOC DD34C7BC, Peça nº 6) e do Relatório – Bens Móveis nº 108/2018 (pp. 68/69 do e-DOC DD34C7BC) foram apontadas falhas na utilização e administração dos bens patrimoniais móveis sob a responsabilidade da Unidade Administrativa, as quais demandaram recomendações e providências dirigidas à Pasta pelo Órgão Central de Patrimônio, a fim de sanar e/ou elucidar os problemas identificados.

3.3.2. Tais impropriedades também foram consignadas na Tabela 2 – Resultado de Auditorias e Inspeções, do Relatório de Contas nº 04/2019-DIESP/COICA/SUBCI/CGDF (e-DOC B6E81F6A, Peça nº 17) e devem constituir ressalvas às presentes contas.

3.3.3. Quanto aos bens imóveis, o Recibo de Inventário à p. 6 do e-DOC DD34C7BC, demonstra não haver bens imóveis na carga patrimonial da SECID/DF.

3.3.4. Em relação ao inventário de almoxarifado, a Comissão Inventariante se manifestou pela regularidade da gestão, por meio do Relatório de Inventário Anual de Material de Almoxarifado (e-DOC 74CCC5BA, Peça nº 1).

3.4. GESTÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS

3.4.1. Conforme consta do Ofício SEI-GDF nº 6/2018 – SECID/SUAG/DIOFIC (e-DOC DD83DA7D, Peça nº 12), a SECID/DF não teve TCEs instauradas no exercício de 2017. Destaque-se que a Pasta foi constituída no exercício de 2016, no qual também não houve instauração de TCE². Logo, não há que se falar de TCEs em andamento ou encerradas no exercício em apreço nesta TCA.

3.5. AUDITORIA DE CONTAS/CERTIFICAÇÃO

3.5.1. RELATÓRIO/CERTIFICADO DE AUDITORIA

- ☐ Regularidade
☒ Regularidade com ressalvas
☐ Irregularidade

3.5.2. O Relatório de Contas nº 04/2019-DIESP/COICA/SUBCI/CGDF (e-DOC B6E81F6A, Peça nº 17) reuniu o resultado do conjunto de apurações efetuadas pelo órgão de controle interno distrital, que serviram de base para a certificação (regular com ressalvas) destas contas anuais, em razão das seguintes ocorrências:

² TCA objeto do Processo nº 00600-00000294-2020-53.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

Documento	Subitem	Descrição
Relatório Contábil Anual (e-DOC 01F5DE6E, Peça nº 16)	-	1- Ativo – Saldos a regularizar; 2- Passivo – Obrigações pendentes de regularização; 3- Atos potenciais ativos diversos – saldo em contratos/convênios com prazo de vigência expirado.
Relatório de Bens Móveis nº 108/2018 (e-DOC (pp. 68/69 do e-DOC DD34C7BC – Peça nº 6)	-	1- Bens não localizados – Código 108.96.00.00.00 SISGEPAT; 2- Bens localizados pela Comissão Inventariante sem plaqueta de tombamento, sem informação de sua origem e/ou provenientes de doação; 3- Bens localizados com plaquetas de tombamento do GDF e que não fazem parte da carga geral dessa Unidade Administrativa (bens da carga de outras Unidades Administrativas); 4- Bens sem plaqueta de tombamento; 5- Movimentação informal de bens entre Órgãos usuários; 6- Bens desgastados pelo tempo, danificados e necessitando de reforma.

3.5.3. Por sua vez, o Comitê de Certificação das Tomadas e Prestações de Contas Anuais da CGDF, por meio do **Certificado de Auditoria nº 04/2019 – COMITÊ-DIESP/SUBCI/CGDF** (e-DOC 6FCE5C67, Peça nº 18), manifestou-se pela **regularidade com ressalvas das contas**, da seguinte forma:

“[...] 5. O Comitê de Certificação, mediante 02 (duas) falhas médias contidas nos relatórios realizados sobre o exercício de 2017 na Unidade em comento, emite o Certificado de Auditoria de Regularidade com Ressalvas das Contas.”

3.6. RELATÓRIO SOBRE A EFICÁCIA E A EFICIÊNCIA

3.6.1. O Controle Interno examinou o desempenho da Unidade e concluiu nos termos das informações consignadas na Tabela 3 – Eficiência e Eficácia por Gestão, constante do Relatório de Contas nº 04/2019-DIESP/COICA/SUBCI/CGDF (e-DOC B6E81F6A, Peça nº 17), a saber:

	Grau de Eficácia	Grau de Eficiência
Gestão Orçamentária	Eficaz	Eficiente
Gestão Financeira	Eficaz	Eficiente
Gestão Patrimonial	Eficaz	Eficiente
Gestão Contábil	Eficaz	Eficiente

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

4. CONTROLE EXTERNO

4.1. EXAMES DAS OCORRÊNCIAS OBJETO DE CERTIFICAÇÃO PELO CONTROLE INTERNO

4.1.1. Concordamos com as análises realizadas pelo Controle Interno quanto às falhas constantes dos subitens consignados no citado Relatório de Contas e indicadas no quadro contido no item 3.5.2 desta Informação, tendo em vista se tratarem de falhas formais, ocorridas no decorrer da gestão, que não maculam suas contas anuais pela irregularidade.

4.1.2. Cabe ressaltar o Relatório de Inspeção nº 04/2019 – DARUC/DARUC/COMOT/COGEA/SUBCI/CGDF (e-DOC D273135F, Peça nº 21), por meio do qual a Subcontroladoria de Controle Interno da Controladoria-Geral do DF se manifestou pela ausência de falhas médias e graves nos processos inspecionados.

4.1.3. Sendo assim, tem-se que as ocorrências identificadas na gestão dos responsáveis retratam falhas administrativas de natureza formal e/ou de baixa materialidade, tendo o Controle Interno dirigido recomendações/orientações à Pasta a fim de regularizar as situações identificadas, razão pela qual tais ocorrências podem repercutir como ressalvas às presentes contas.

4.2. PROCESSOS COM INFLUÊNCIA NO JULGAMENTO DAS CONTAS

4.2.1. No Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual desta Corte, não constam processos que possam influenciar na apreciação das contas anuais da SECID/DF, referentes ao exercício financeiro em exame.

4.3. SITUAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS ANTERIORES

4.3.1. Em face de a SECID/DF ter sido constituída por meio do Decreto nº 37.625, de 15.09.16, consta apenas o Processo nº 00600-00000294/2020-53, que trata da TCA do exercício de 2016, que se encontra em fase inicial, mas com proposta da Unidade Técnica para o julgamento pela regularidade com ressalvas e regularidade das contas.

4.4. DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PENDENTES DE ATENDIMENTO

4.4.1. Em consulta ao Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual desta Casa, não identificamos nenhuma decisão dirigida à SECID/DF cuja implementação deva ser verificada na presente TCA.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

5. CONCLUSÃO

5.1. O Comitê de Certificação das Tomadas e Prestações de Contas Anuais da CGDF, em face do conjunto de falhas identificadas pelos trabalhos do Controle Interno, consignadas no Relatório de Contas nº 04/2019-DIESP/COICA/SUBCI/CGDF (e-DOC B6E81F6A, Peça nº 17), emitiu o Certificado de Auditoria nº 04/2019 – COMITÊ-DIESP/SUBCI/CGDF (e-DOC 6FCE5C67, Peça nº 18), manifestando-se pela **regularidade com ressalvas** das contas em apreço.

5.2. Do exame dos elementos que integram os autos, verifica-se que pode a Corte julgar regulares as contas da Sra. Maria Valéria Lemos Vasconcelos e do Sr. Izaías da Silva Rocha, em face do curto período em que estiveram nos cargos e por não conter impropriedades apontadas diretamente em suas gestões.

5.3. Já o Srs. Marcos de Alencar Dantas, Marcello Nobrega de Miranda Lopes, Alfredo Murillo Gameiro de Souza e Cláudio Roberto de Paula Prata, podem ter suas contas julgadas regulares com ressalvas, em face das impropriedades apontadas nos itens constantes do Relatório Contábil Anual – Exercício de 2017 (e-DOC 01F5DE6E, Peça nº 16), bem como das falhas apontadas no Relatório – Bens Móveis nº 108/2018 (pp. 68/69 do e-DOC DD34C7BC), referenciados na Tabela 2 – Resultado de Auditorias e Inspeções, do citado Relatório de Contas e apontados no item 3 desta Instrução.

6. SUGESTÕES

6.1. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento da tomada de contas anual dos responsáveis pela SECID/DF, concernente ao exercício de 2017;

II. julgue, no tocante ao objeto desta TCA:

a) regulares com ressalvas, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, as contas do Sr. Marcos de Alencar Dantas, CPF nº 115.512.671-87 (Secretário de Estado, período de 01.01 a 31.12.16), Marcelo Nobrega de Miranda Lopes, CPF nº 801.309.921-00 (Subsecretário de Administração Geral, período de 01.01 a 14.05.17), Alfredo Murillo Gameiro de Souza, CPF nº 371.531.961-53 (Subsecretário de Administração Geral, período de 16.08 a 31.12.17), e

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

Cláudio Roberto de Paula Prata, CPF nº 441.692.137-34 (Subsecretário de Administração Geral, período de 16.05 a 15.08.17), em decorrência das impropriedades indicadas nos subitens elencados na tabela 2 do Relatório de Contas nº 04/2019-DIESP/COICA/SUBCI/CGDF (e-DOC B6E81F6A, Peça nº 17): Ativo – Saldos a regularizar; Passivo – Obrigações pendentes de regularização; Atos potenciais ativos diversos – saldo em contratos/convênios com prazo de vigência expirado; Bens não localizados – Código 108.96.00.00.00 SISGEPAT; Bens localizados pela Comissão Inventariante sem plaqueta de tombamento, sem informação de sua origem e/ou provenientes de doação; Bens localizados com plaquetas de tombamento do GDF e que não fazem parte da carga geral dessa Unidade Administrativa (bens da carga de outras Unidades Administrativas); Bens sem plaqueta de tombamento; Movimentação informal de bens entre Órgãos usuários; e Bens desgastados pelo tempo, danificados e necessitando de reforma;

b) regulares, nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/94, as contas da Sra. Maria Valéria Lemos Vasconcelos, CPF nº 469.161.806-68 (Secretária de Estado Substituta, período de 11.09 a 10.10.17), e do Sr. Izaías da Silva Rocha, CPF nº 295.989.661-00 (Subsecretário de Administração Geral - Substituto, período de 02.10 a 20.10.17);

III. determine, com base no art. 19 da LC nº 1/1994, aos atuais gestores da SECID/DF que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades indicadas no item II retro, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes;

IV. considere, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/1998, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

15.12.98, e em consonância com o art. 24, incisos I e II, da LC nº 1/1994, quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta TCA, os responsáveis nominados no item II;

- V. autorize o retorno destes autos à Secretaria de Contas para as providências cabíveis e arquivamento.

À superior consideração.

Luciano P. Troncoso
Auditor de Controle Externo

Pondo-me de acordo com as sugestões apresentadas na Informação nº 126/2020 – SECONT/2ªDICONTE, submeto estes autos à consideração do Senhor Secretário.

Segunda Divisão de Contas, 08/06/2020.

ADOLFO SILVA REGO
DIRETOR DA DICONTE2